

Anexo IV - Análise Demográfica.

Quadro n.º 7 - Quadro comparativo da evolução da população segundo os grupos etários.

	População c/ menos de 15 anos			População entre os 15 e os 64 anos			População com mais de 65 anos		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Algarve	68 121	60 964	57 830	204 216	221 376	264 396	51 397	59 095	73 826
Alcoutim	844	583	323	3 054	2 522	1 937	1 364	1 466	1 510
Litoral	--	43 866	43 050	--	152 137	191 085	--	33 285	44 194
Barrocal	--	12 094	11 146	--	46 201	52 433	--	15 022	17 797
Serra	--	4 984	3 536	--	23 028	20 355	--	10 788	11 578

Fonte: Elaborado pelos autores, fonte dos dados INE, 2001; INE, 1991 e CCRA, 1997.

Quadro n.º 8 - Quadro comparativo da evolução dos índices de Dependência, Envelhecimento e da Densidade Populacional.

	Índice de Dependência			Índice de Envelhecimento			Densidade Populacional		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Algarve	58,4%	54,2%	49,8%	75,2%	96,9%	127,7%	64,8	68,4	79,3
Alcoutim	72,3%	81,2%	94,6%	44,7%	251,5%	467,7%	9,1	7,9	6,5
Litoral	--	50,7%	45,7%	--	75,9%	102,7%	186,2	204,1	247,7
Barrocal	--	58,7%	55,2%	--	124,2%	159,7%	55,2	58,7	65,1
Serra	--	68,5%	74,3%	--	216,5%	327,4%	17,3	14,8	13,5

Fonte: Elaborado pelos autores, fonte dos dados INE, 2001; INE, 1991 e CCRA, 1997.

Nota: o índice de envelhecimento de Alcoutim e do Algarve em 1981 e o de dependência total de 1981 tem como fonte CCRA, Evolução demográfica da região do Algarve, Maio 1997;

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{Pop. Idade} > 65 \text{ anos}}{\text{Pop. Idade} < 15 \text{ anos}} \times 100 \quad (5)$$

Exprime a relação entre a população idosa e a população jovem, isto é, o numero de idosos por cada 100 jovens;

$$\text{Índice de Dependência total} = \frac{\text{Pop. Idade} < 15 \text{ anos} + \text{Pop. Idade} > 65 \text{ anos}}{\text{Pop. Idade} 15/64 \text{ anos}} \times 100 \quad (6)$$

Exprime a relação entre a população dependente (jovens e idosos) e a população activa.

$$\text{Densidade Populacional} = \frac{\text{Pop. Residente}}{\text{Area (Km}^2\text{)}} \quad (7)$$

Índice de Densidade Populacional: exprime a relação entre a população e uma determinada área em Km<sup>2</sup>.

O padrão de especialização e a localização das actividades económicas na região do Algarve

João Albino Silva

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Jorge Miguel Andraz

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar, de uma forma integrada, uma caracterização da região do Algarve na década de 90. Este objectivo é materializado através da caracterização sócio-económica da região, do seu tecido empresarial e estrutura produtiva, com vista a identificarem-se possíveis situações de desequilíbrio internas. Este diagnóstico terá por base uma metodologia que usa dados desagregados aos níveis sectorial e concelhio.

No seu conjunto, a região apresentou na última década uma evolução positiva em termos sociais e económicos, embora com grandes desequilíbrios internos. Os concelhos do litoral, mais desenvolvidos, foram os que mais cresceram em termos demográficos e económicos, concentrando a maior parte do emprego e da actividade económica. Consequentemente, são os que apresentam níveis de poder de compra mais elevados.

A análise efectuada permite ainda concluir que a região apresenta um perfil de especialização favorável, dado que o emprego se tem concentrado nos ramos mais dinâmicos da economia. Em particular, os ramos do alojamento e restauração, das actividades imobiliárias e alugueres e serviços prestados às empresas, da construção, dos transportes, armazenagem e comunicações, da administração pública, da educação e da saúde e acção social assumem uma posição importante na estrutura empregadora, apresentando taxas de crescimento significativas.

O estudo do padrão de localização destas actividades permite sublinhar sobre a existência de alguma concentração relativa nos ramos da hotelaria, do imobiliário e do aluguer de veículos nos concelhos mais turísticos do litoral.

**Palavras-chave:** economia regional, indicadores de localização e de concentração, análise Shift-Share.

Abstract

This paper presents an integrated social and economic characterization of the Algarve region during the 1990s. The methodology uses disaggregated sectoral and regional data.

Although the region has presented a positive social and economic evolution, it is possible to identify internal asymmetries. The coast zones, more developed, presented higher demographic and economic growth rates. In these zones there are higher levels of employment and economic activity concentration. As a result, they present higher levels of life standards. The analysis also allows us to conclude that the

employment has been concentrated in the most dynamic sectors. In particular, the hotels and restaurants, real estate, services offered to firms, construction, transportation, storage and communications, public administration, education, health and social care have an important role in the region employment structure, with high growth rates.

The location patterns of these activities highlights the existence of relative concentration in the coast zones, in particular regarding the employment in hotels, real estate, and car renting.

**Keywords:** regional economics, location and concentration indicators, Shift and Share analysis

## 1. Introdução

A estratégia de desenvolvimento de um país, assente na redução das desigualdades territoriais, pressupõe a criação de condições tendentes a promover um clima favorável de estímulo às actividades económicas das regiões. Dadas as especificidades regionais, tal estratégia passa necessariamente pela análise das suas características marcantes, dos seus recursos, das suas estruturas produtivas, das tendências evolutivas e da identificação dos factores chave, susceptíveis de criarem um clima propício ao seu desenvolvimento integrado.

O desenvolvimento regional assenta nas dotações, quantitativas e qualitativas, de factores produtivos, nomeadamente o trabalho e capital. Paralelamente, há que considerar os sectores de actividade, as indústrias e as empresas, que conseguem desenvolver uma posição competitiva favorável à criação de riqueza, potenciada pelo inter-relacionamento de fluxos estabelecidos dentro e fora da região.

Assim, uma política de desenvolvimento eficiente não pode ser orientada no sentido de atender e apoiar iniciativas individualizadas, mas deverá antes ser focalizada na promoção de actividades e na criação de infra-estruturas de apoio, cujo efeito multiplicador seja significativo para o conjunto da região.

O presente trabalho tem como objecto de estudo a região do Algarve, tradicionalmente considerada uma região periférica, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu. A região é composta por dezasseis concelhos e por oitenta e quatro freguesias, que fazem parte da divisão administrativa "distrito de Faro". Do ponto de vista estatístico, a região corresponde a uma NUT II e a uma NUT III.

Sendo fundamentalmente um trabalho de diagnóstico, este texto pretende atingir dois objectivos. O primeiro, consiste na identificação de áreas em declínio efectivo ou potencial com base na interpretação da evolução dos vários indicadores de carácter económico-social. Esta análise é conduzida com diferentes níveis de desagregação por forma a possibilitar o conhecimento da região em termos globais e as possíveis assimetrias existentes. Neste sentido, a análise é também desenvolvida, num plano desagregado, aos níveis sectorial e concelhio, versando a evolução demográfica, níveis de escolaridade, taxas de actividade e de desemprego e índices de poder de compra. O segundo objectivo, consiste na caracterização do tecido empresarial e da estrutura produtiva da economia regional, com base na análise da dimensão e da repartição

sectorial das empresas e do emprego e do grau de concentração *versus* diversificação da actividade produtiva.

## 2. Aspectos metodológicos

A metodologia utilizada é constituída por duas vertentes, a partir das quais pretende-se dar resposta aos objectivos anteriormente enunciados. Uma, de natureza qualitativa, consiste na análise da estrutura sócio-económica da região, visando o diagnóstico e a identificação das diferentes situações económicas inter-concelhias. Neste sentido é feita uma caracterização da população, do emprego, da produção, do poder de compra e do tecido empresarial, quer ao nível da região, quer ao nível dos concelhos.

Uma segunda vertente, de natureza quantitativa, traduz-se na análise e tratamento estatístico da informação existente sobre o emprego através de três grandes exercícios quantitativos. No primeiro exercício, a informação sobre a estrutura sectorial da região, em 1999, é cruzada com a informação sobre o comportamento dinâmico de cada ramo, manifestado no período entre 1995 e 1999. A escolha deste horizonte temporal deveu-se ao facto de este ser o período para o qual existe informação compatível em termos sectoriais. A análise é efectuada com base na comparação entre a importância relativa que cada ramo tem na economia algarvia e a taxa de crescimento de cada ramo, o que permite identificar os ramos emergentes, os ramos relevantes e os ramos em declínio em termos do emprego.

O segundo exercício, corresponde a uma análise de componentes de variação, também conhecida por análise "Shift-and-Share", através da qual se pretende identificar os factores que influenciam o comportamento do emprego.

Com efeito, as diferenças de crescimento entre o Algarve e as restantes regiões do país podem ser justificadas por diferenças da estrutura produtiva do Algarve (traduzidas pela maior ou menor presença de ramos mais dinâmicos), e/ou ainda por vantagens de natureza locacional. Estas poderão traduzir-se em diferenças nos custos de transporte, diferenças do custo de aquisição das matérias-primas ou dos produtos intermédios, ou ainda na maior ou menor abundância de determinados factores produtivos, como a mão de obra qualificada ou a capacidade empresarial. Diferentes características locacionais podem implicar que as actividades existentes no Algarve tenham uma evolução diferenciada quando comparada com a média nacional. Por exemplo, nada implica que o ramo do alojamento e da restauração na região do Algarve tenha uma evolução idêntica à observada ao nível do país, uma vez que existem características específicas desta região que a distinguem da média nacional. Assim, o emprego no Algarve pode crescer a um ritmo diferente da média nacional, não só porque possui características locacionais diferentes da média, mas também porque a composição da sua estrutura produtiva é diferente da do país.

Através desta análise das componentes de variação, identifica-se a componente estrutural do crescimento e a componente territorial do crescimento. É possível que a estrutura económica regional seja diferente da estrutura económica nacional, já que o peso de cada um dos ramos que compõem a estrutura produtiva regional, só por coincidência será idêntico ao observado ao nível nacional. A componente estrutural do

crescimento capta precisamente esta diferença. Esta componente será positiva se os ramos com maior crescimento nacional tiverem um peso na região superior ao verificado ao nível nacional. Assim, pode-se inferir que a região tem uma especialização mais ou menos favorável, consoante seja maior ou menor a presença de actividades com maior crescimento nacional.

No entanto, nada garante que o crescimento de cada ramo, na região, seja idêntico ao observado ao nível nacional. A diferença é captada pela componente regional do crescimento. Esta componente mede o desvio do crescimento regional, relativamente ao que seria esperado caso cada ramo tivesse tido um crescimento na região idêntico ao crescimento nacional. Se esta componente for positiva, o modelo aponta para a existência de vantagens comparativas regionais, que justificam a existência de taxas de crescimento regionais do emprego mais elevadas.

Por fim, tendo presente que as actividades económicas não se desenvolvem de forma uniforme no espaço, resultando, como consequência, diferentes padrões de localização das actividades, o terceiro exercício consiste no cálculo de medidas de localização e de concentração das actividades e de especialização da região, tomando como base também o emprego. Estas medidas permitem caracterizar as actividades presentes na região, quer do ponto de vista de concentração espacial, nos diferentes concelhos, quer ao nível da especialização das suas estruturas produtivas.

Como indicadores de localização utilizam-se o *coeficiente de localização* e o *quociente de localização*<sup>1</sup>. O primeiro, calculado relativamente a cada um dos ramos, mede o desvio entre a repartição espacial do emprego em cada ramo e a repartição espacial do emprego no conjunto da região. Obtém-se assim, uma medida da proximidade, ou da divergência, entre os dois padrões de localização, a qual permite avaliar, o nível de concentração relativa de cada um dos ramos na região. O indicador é obtido a partir da seguinte expressão:

$$CL_k = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^{16} \left| \frac{x_{ik}}{x_k} - \frac{x_i}{x} \right| \quad (1)$$

em que:

$$CL_k \in [0,1[$$

$k = 1, \dots, K$ , representa cada um dos ramos de actividade;

$i = 1, \dots, 16$ , representa cada um dos concelhos da região;

$x_{ik}$ , representa o emprego no concelho  $i$  e no ramo  $k$ ;

$$x_k = \sum_{i=1}^{16} x_{ik}, \text{ valor total do emprego no ramo } k;$$

$$x_i = \sum_{k=1}^K x_{ik}, \text{ valor total do emprego no concelho } i;$$

$$x = \sum_{i=1}^{16} \sum_{k=1}^K x_{ik}, \text{ emprego total na região.}$$

<sup>1</sup> Estes indicadores são apresentados de forma detalhada em APDR (ed) (2002).

Quanto maior for o valor do coeficiente de localização referente a um ramo, maior é a concentração espacial desse ramo na região; ou seja, o ramo encontra-se localizado num reduzido número de concelhos, nos quais o emprego tem uma reduzida expressão relativamente ao conjunto da região.

No entanto, e porque o indicador anterior fornece uma informação agregada ao nível da região, é útil averiguar o que se passa, ao nível de cada um dos concelhos. Esta informação, é obtida através do cálculo do *quociente de localização*, que compara, para cada concelho, o emprego em cada um dos ramos com o emprego total no concelho. Considerando a definição das variáveis acima descrita, este indicador é obtido a partir da seguinte expressão:

$$QL_{ik} = \frac{x_{ik}/x_k}{x_i/x} \quad (2)$$

sendo que  $QL_{ik} \geq 0$

Na interpretação deste indicador toma-se como valor de referência a unidade, caso em que a **importância relativa** do emprego no concelho  $i$  e no ramo  $k$  é igual à importância que **esse concelho tem** no emprego da região. Se o valor for superior à unidade, o ramo **em causa está relativamente concentrado** no concelho  $i$ , na medida em que, nesse concelho, a importância que o emprego tem nesse ramo é mais do que proporcional à importância que o emprego do concelho tem na região.

### 3. Caracterização da região do Algarve

#### 3.1 Caracterização socio-demográfica

A região do Algarve é constituída por dezasseis concelhos e por oitenta e quatro freguesias e ocupa uma área de 4 995,20 Km<sup>2</sup>, correspondendo a mais de 5% da superfície do território nacional. A região contava, em 2001, com 395 218 pessoas, representando cerca de 3,8% da população portuguesa, a qual se concentrava preferencialmente nos concelhos litorais dando origem a grandes desequilíbrios em termos de densidades populacionais. Com efeito, são nove os concelhos com mais de 20 000 habitantes e nestes concentra-se cerca de 86% da população residente na região. O Quadro 1, apresenta um conjunto de indicadores gerais da região em 2001.

Quadro 1: Indicadores gerais da região do Algarve em 2001.

Concelhos	Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António
Superfície (Km <sup>2</sup> )	4 995,20
População	395 218
Área urbana (%)	30,25
Concelhos com mais de 20 000 hab	Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Silves, Tavira
Taxa de actividade	48,66%
Taxa de desemprego	6,20%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INE.

Relativamente a 1991, assistiu-se a um crescimento de 15,8% da população residente, valor este que ultrapassou o crescimento observado ao nível nacional, de 5%. Consequentemente, o peso da população algarvia no total da população do país passou de 3,5%, em 1991, para 3,8%, em 2001.

A informação, apresentada no Quadro 2, demonstra claramente que o crescimento não ocorreu de forma equilibrada pelos vários concelhos que constituem a região. Embora sejam cinco os concelhos directamente responsáveis por este aumento, destacam-se os concelhos de Albufeira e de São Brás de Alportel, com aumentos populacionais, de cerca de 50,6% e 33,3%, respectivamente. Os outros concelhos, com aumentos inferiores, mas acima da média da região, são Lagoa, Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António. Todos estes concelhos, à excepção de São Brás de Alportel, situam-se na orla costeira da região. Os concelhos de Faro e de Portimão registam aumentos da população residente próximos do valor da região, de 14,4% e de 15,4%, respectivamente. Os concelhos de Aljezur, Olhão, Silves e Tavira apresentaram valores inferiores ao valor regional. Finalmente há que referir alguns concelhos que não conseguiram contrariar o movimento de declínio e que apresentam, por isso, uma diminuição da população residente. Estes são, sem excepção, concelhos do interior, como são os casos de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo.

A variação da população em termos de classes etárias, pode ser analisada através dos dados constantes no Quadro 3. Os dados revelam uma redução da população mais jovem, com idades inferiores a 14 anos e a um aumento nos grupos etários seguintes, com particular destaque no grupo etário acima dos 65 anos, o que revela um envelhecimento da população. Ao nível dos concelhos que compõem a região, salientam-se os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Monchique onde o envelhecimento da população assume maior relevância. Com efeito, nestes concelhos verificou-se reduções em todas as classes etárias inferiores a 65 anos, o que revela um envelhecimento superior ao dos restantes concelhos.

Quadro 2: Variação da população e atractividade da região.

Concelhos	Populaçã o 1991	Populaçã o 2001	Variaçã o Absoluta	Taxa de cresciment o
Albufeira	20 949	31 543	10 549	50,6
Alcoutim	4 571	3 770	-801	-17,5
Aljezur	5 006	5 288	282	5,6
Castro Marim	6 803	6 593	-210	-3,1
Faro	50 761	58 051	7 290	14,4
Lagoa	16 780	20 651	3 871	23,1
Lagos	21 526	25 398	3 872	18,0
Loulé	46 585	59 160	12 575	27,0
Monchique	7 309	6 974	-335	-4,6
Olhão	36 812	40 808	3 996	10,0
Portimão	38 833	44 818	5 985	15,4
São Brás de Alportel	17 526	10 032	2 506	33,3
Silves	32 924	33 830	906	2,8
Tavira	24 857	24 997	140	0,6
Vila do Bispo	5 762	5 349	-413	-7,2
Vila Real de Santo António	14 400	17 956	3 556	24,7
Algarve	341 404	395 218	53 814	15,8
Portugal	9 867 147	10 356 117	488 970	5,0

Fonte: Adaptado de INE (1991, 2001).

Quadro 3: Evolução da estrutura etária da população (1991 - 2001).

Concelhos	< 14 anos	14-24 anos	25-64 anos	≥65 anos
Albufeira	28,7	40,7	64,6	39,5
Alcoutim	-44,6	-30,3	-21,5	3,0
Aljezur	-8,0	-3,8	3,5	21,0
Castro Marim	-20,0	-18,1	-0,3	11,2
Faro	-13,8	9,2	21,4	32,4
Lagoa	3,7	9,9	31,9	30,8
Lagos	5,8	3,0	22,1	30,6
Loulé	8,2	25,2	34,5	25,4
Monchique	-24,0	-18,0	-3,6	11,1
Olhão	-10,3	-0,1	19,9	20,0
Portimão	-6,4	5,0	21,0	32,9
São Brás de Alportel	19,1	14,4	43,0	34,0
Silves	20,4	1,0	6,2	14,4
Tavira	-24,3	-6,8	4,4	16,4
Vila do Bispo	-24,2	-29,2	1,8	-0,8
Vila Real de Santo António	0,4	7,4	33,8	44,0
Algarve	-5,3	7,3	22,5	24,6
Portugal	-4,0	-2,0	3,3	2,7

Fonte: INE (1991, 2001).

A análise do nível de escolaridade da população reveste-se da maior importância, enquanto factor chave para o desenvolvimento da região. O Quadro 4 revela uma melhoria significativa, em termos do analfabetismo, embora a região continue a registar um valor superior à média nacional.

Quadro 4: Comparação das taxas de analfabetismo 1991/2001.

Concelhos	1991	2001
Portugal	11,0	9,0
Algarve	14,2	10,4
Albufeira	12,2	7,7
Alcoutim	33,4	29,4
Aljezur	27,7	20,7
Castro Marim	25,4	19,7
Faro	8,7	7,5
Lagoa	10,6	9,5
Lagos	13,3	9,6
Loulé	14,5	9,6
Monchique	27,7	20,3
Olhão	11,6	9,9
Portimão	11,8	8,8
São Brás de Alportel	11,0	9,3
Silves	18,5	13,7
Tavira	19,1	14,1
Vila do Bispo	17,6	14,6
Vila Real de Santo António	12,7	8,4

Fonte: Adaptado de INE (1991, 2001).

Contudo, e embora se tenha registado uma redução das taxas de analfabetismo em todos os concelhos sem excepção, são de destacar os valores persistentemente elevados que afectam alguns concelhos, em particular os de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Silves, Tavira e Vila do Bispo. Apenas quatro concelhos, nomeadamente Albufeira, Faro, Portimão e Vila Real de Santo António apresentaram taxas de analfabetismo, em 2001, inferiores à média nacional.

Desta análise pode-se concluir pela manutenção de níveis relativamente elevados de analfabetismo na maior parte dos concelhos, pese embora o aumento dos níveis de instrução.

A população em idade activa registou uma variação positiva de cerca de 30,1% entre 1991 e 2001, como pode ser observado pela leitura do Quadro 5. São cinco os concelhos responsáveis por este aumento. Em primeiro lugar surge o concelho de Albufeira, onde a população activa aumentou cerca de 71,2%. Seguem-se os concelhos de São Brás de Alportel, onde se registou um aumento de 59,2%, e de Loulé, com 52,2%. Mais afastados destes valores, mas apresentando igualmente aumentos significativos, encontram-se os concelhos de Vila Real de Santo António com 40,2% e de Lagoa com 38%. Os concelhos de Faro, Lagos e Olhão apresentam aumentos superiores a 20%, mas inferiores ao aumento registado na região. Finalmente, o concelho de Alcoutim regista uma quebra da população activa e os concelhos de Castro Marim e Vila do Bispo apresentam uma relativa estagnação.

O aumento verificado na população em idade activa traduziu-se num aumento das taxas de actividade em todos os concelhos, sem excepção, e colocou a taxa de actividade, na região, praticamente ao nível da registada no país. Os concelhos que apresentaram valores superiores à taxa de actividade nacional foram essencialmente os

concelhos do litoral, nomeadamente, Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Portimão e Vila Real de Santo António. Os valores mais baixos, foram registados nos concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique.

A taxa de desemprego na região situou-se ligeiramente abaixo da taxa de desemprego nacional. A análise por concelhos permite concluir que a maior parte apresenta valores inferiores ao valor nacional, sendo as únicas excepções os concelhos de Alcoutim, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António. Pelo contrário, os concelhos que apresentam menores taxas de desemprego, inferiores a 6%, são Castro Marim, Faro, Lagos, Loulé, Monchique e Silves.

Quadro 5: Taxas de actividade e desemprego em 2001.

Concelhos	População activa	Variação 91/01 (%)	Taxa de actividade (%)	Taxa de desemprego (%)
Albufeira	17 538	71,2	55,6	6,2
Alcoutim	1 255	-4,3	33,3	7,3
Aljezur	2 094	13,4	39,6	6,1
Castro Marim	2 631	0,5	39,9	15,1
Faro	29 838	27,2	51,4	5,6
Lagoa	10 718	38,0	51,9	6,5
Lagos	12 445	25,7	49,0	5,5
Loulé	28 929	52,2	48,9	5,1
Monchique	2 852	0,8	40,9	5,4
Olhão	18 894	23,7	46,3	7,6
Portimão	22 992	26,0	51,3	7,4
São Brás de Alportel	14 565	59,2	45,5	6,2
Silves	15 799	12,1	46,7	5,4
Tavira	10 924	9,6	43,7	6,4
Vila do Bispo	2 434	0,83	45,5	6,0
Vila Real de Santo António	8 421	40,23	46,90	8,4
Algarve	192 329	30,1	48,7	6,2

Fonte: Adaptado de INE (1991, 2001).

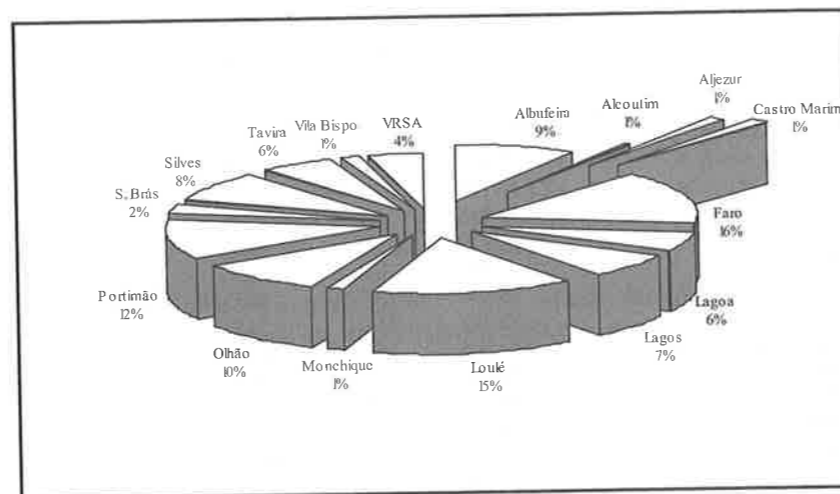
Os concelhos mais populosos são os que mais contribuem para o emprego na região, tal como é possível visualizar no Gráfico 1. O emprego nos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, Portimão e Silves representa 70% do emprego na região. Na situação oposta, com contribuições muito marginais, encontram-se os concelhos de S. Brás de Alportel, Vila do Bispo, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique, com 7% do emprego na região.

Com base no Indicador Per Capita é possível observar-se a evolução relativa do poder de compra em cada concelho. Com efeito, trata-se de um índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e na região, em termos per capita, com o poder de compra médio do país, ao qual é atribuído o valor 100. Os valores deste indicador são apresentados no Quadro 6.

O Algarve é uma das duas regiões que apresentam valores do poder de compra per capita superiores à média nacional em 1997 e em 2002 (a outra região é Lisboa e Vale do Tejo), em cerca de 6,5% e 9%, respectivamente. No que se refere à distribuição concelhia deste indicador, constatamos uma elevada disparidade dos valores. Dos dezasseis concelhos algarvios, seis registam valores acima da média

nacional. São os casos de Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Portimão e Vila Real de Santo António. Este grupo manteve-se inalterado nos anos analisados. Deve-se realçar o facto de estes serem concelhos de características predominantemente urbanas com um peso populacional relativamente elevado. Num segundo grupo, com valores abaixo da média nacional, encontram-se os restantes dez concelhos, localizados predominantemente no interior. Neste grupo devemos destacar as posições extremas, ocupadas pelo concelho de Lagoa, com um valor próximo da média nacional, e pelos concelhos de Alcoutim, Aljezur, Casto Marim e Monchique, que se encontram entre os mais baixos do país. A posição destes concelhos, em 2002, já reflecte uma melhoria significativa relativamente a 1997. Contudo, o valor do indicador naqueles concelhos é inferior a 75% da média nacional.

Gráfico 1: Distribuição geográfica do emprego em 2001.



Quadro 6: Indicador Per Capita.

Concelhos	IPC 2002	IPC 1997	Variação
Albufeira	129,6	162,5	32,9
Alcoutim	40,1	34,3	5,8
Aljezur	68,7	57,4	11,3
Castro Marim	71,3	57,7	13,6
Faro	139,1	134,3	4,8
Lagoa	97,1	92,0	5,1
Lagos	118,1	121,2	-3,1
Loulé	120,6	131,6	-11,0
Monchique	52,7	56,2	-3,5
Olhão	85,6	78,2	7,4
Portimão	132,9	124,3	8,6
São Brás de Alportel	78,8	81,8	-3,0
Silves	81,6	68,1	13,5
Tavira	83,7	70,5	13,2
Vila do Bispo	77,0	56,1	20,9
Vila Real de Santo António	104,4	123,3	-18,9
<b>Algarve</b>	<b>108,8</b>	<b>106,5</b>	<b>2,3</b>

Fonte: INE (1997, 2002).

### 3.2 Caracterização do tecido empresarial e da estrutura empregadora

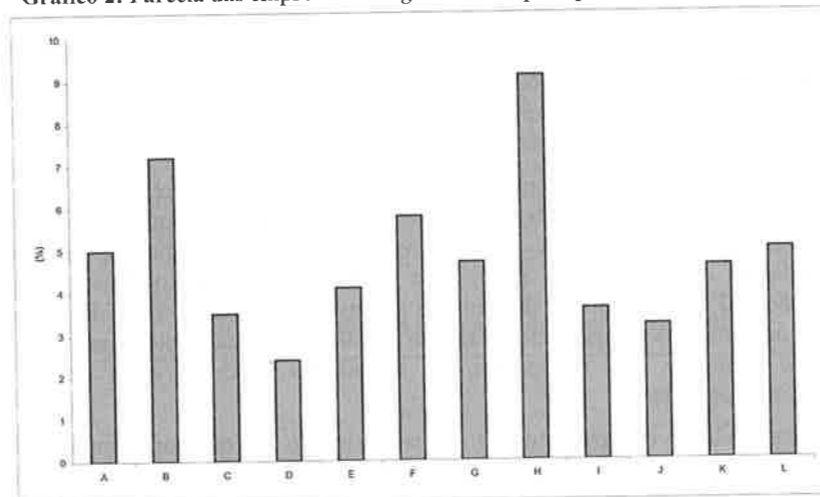
Em 2001 o tecido empresarial da região era constituído por 55 226 empresas sediadas na região, sendo que 76,4% eram empresários em nome individual, e 23,6% eram sociedades. Tal situação é por si só reveladora do elevado grau de fragilidade e, simultaneamente, do baixo grau de organização da estrutura económica.

Em termos nacionais, o número de empresas sediadas na região representava cerca de 5% do total de empresas existentes no país, pese embora a existência de grandes desequilíbrios, como se pode inferir pela leitura do Gráfico 2. Com efeito, estão sediados na região cerca de 9% das empresas no ramo do alojamento e da restauração, 7,2% das empresas do ramo da agricultura e pescas e 5,8% das empresas no ramo da construção. Ligeiramente abaixo da média regional estão as empresas dos ramos do comércio, dos transportes, do imobiliário e dos serviços prestados a empresas e a particulares.

Estes valores traduzem uma forte terciarização da estrutura empresarial da região. Com efeito, cerca de 65% do número total de empresas encontrava-se no sector terciário, sendo que as actividades com maior expressão eram o comércio (31,4%), o alojamento e a restauração (15,6%), o imobiliário (2,8%) e os serviços prestados a empresas e a particulares (8,2%). O sector secundário, contava com 24% das empresas, as quais se concentravam de forma esmagadora na construção civil (19,3%). A uma distância significativa encontrava-se a indústria transformadora, em particular as indústrias metalúrgicas, da madeira e as indústrias alimentares (4,8%). Finalmente, cerca de 11 % das empresas encontravam-se no sector primário, distribuídas maioritariamente pela agricultura (6,19%) e pescas (3,88%).

No período entre 1994 e 2001, o número de empresas sediadas na região registou um aumento de 21%, correspondendo a um acréscimo de 9 600 empresas. Este aumento restringiu-se quase exclusivamente ao sector terciário, no qual o número de empresas aumenta em termos relativos. Neste sector, o maior dinamismo foi registado nos ramos dos transportes, do alojamento e restauração, das actividades imobiliárias e dos serviços prestados a empresas e a particulares. O número de empresas no sector secundário mantém-se em termos relativos devido unicamente ao aumento do número de empresas no ramo da construção. Finalmente, o sector primário regista uma redução do número de empresas e do seu peso na estrutura empresarial da região.

Gráfico 2: Parcela das empresas na região face ao país, por ramo de actividade.



Fonte: INE, Ficheiro Geral das Unidades Estatísticas.

Legenda:

- A - Algarve
- B - Agricultura e pescas
- C - Indústria extractiva
- D - Indústria transformadora
- E - Produção e distribuição de energia, electricidade, água e gás
- F - Construção civil
- G - Comércio
- H - Alojamento e restauração
- I - Transportes, armazenamento e comunicação
- J - Actividades financeiras
- K - Actividade imobiliária e serviços prestados a empresas
- L - Outros

Esta estrutura empresarial tem naturalmente reflexos na estrutura do emprego. O Quadro 7 revela que o sector terciário era responsável por 71,4% do emprego na região. A uma distância relativamente elevada surge o sector secundário, com 22,5% e o sector primário, com 6,1%. No sector terciário há a destacar os pesos relativamente elevados do emprego nos ramos do comércio, da hotelaria e da restauração e ainda da administração pública.

Quadro 7: Estrutura sectorial do emprego em 2001.

Sectores	Emprego	Ramos
Primário	6,1%	Agricultura, silvicultura e pescas
Secundário	22,5%	Construção 15,1%
Terciário	71,4%	Comércio 18,9%
		Hotelaria e restauração 15,6%
		Administração pública e defesa 10,7%

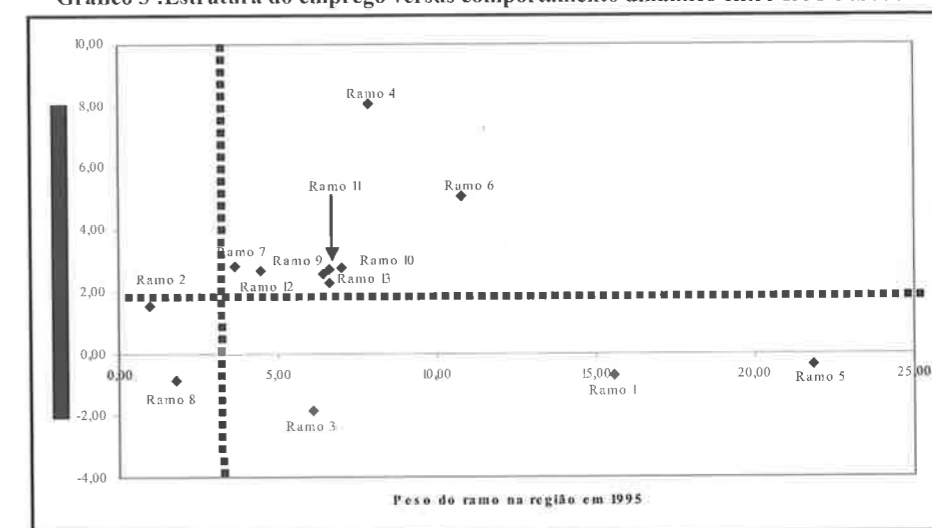
Fonte: INE (2001).

Do ponto de vista da criação *versus* destruição de emprego, a região do Algarve corresponde a um caso típico em que o *cluster* das actividades turísticas, e o *cluster* dos serviços públicos em torno das quais se estrutura a economia regional, tem aumentado a sua capacidade para criar emprego. No período entre 1995 e 1999, a que

corresponde o Gráfico 3, os ramos do alojamento e restauração, das actividades imobiliárias e alugueres e serviços prestados às empresas, da construção, dos transportes, armazenagem e comunicações, da administração pública, da educação e da saúde e acção social surgem como actividades relevantes e criadoras de emprego, ao combinarem uma posição importante na estrutura de emprego da região com taxas de crescimento significativas. A importância destas actividades decorre, por um lado do dinamismo da actividade turística e, por outro lado, da elevada densidade populacional que caracteriza certos concelhos.

Adicionalmente, verifica-se que os ramos da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pescas (ramo 1), das indústrias transformadoras (ramo 3) ligadas à transformação do pescado e dos frutos secos, que já constituíam a base económica da região, e ainda o ramo do comércio por grosso e a retalho (ramo 5), que assumiu uma grande importância em resultado do desenvolvimento do turismo, vêm diminuindo a sua capacidade para criar, ou mesmo manter, o nível de emprego.

Gráfico 3: Estrutura do emprego versus comportamento dinâmico entre 1995 e 1999.



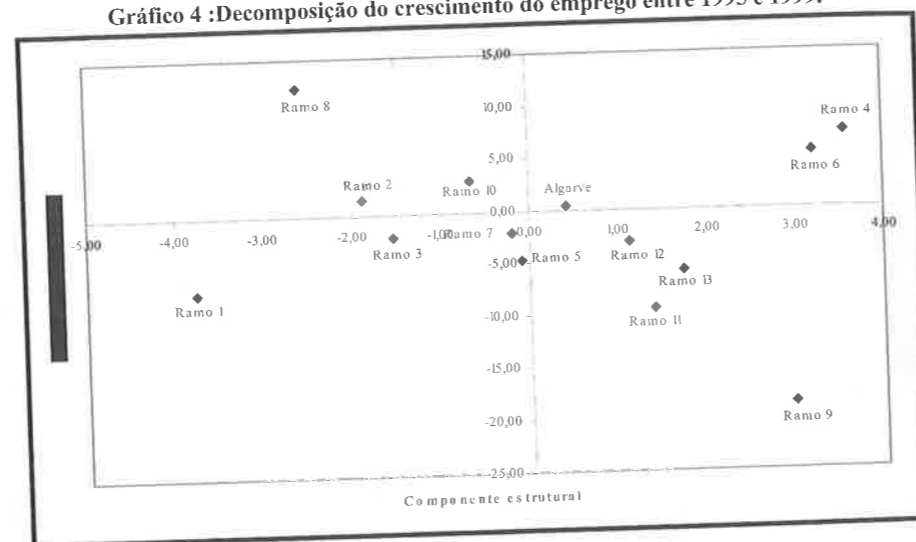
Fonte: Elaboração própria a partir de cálculos dos autores.

Ramos relevantes, criadores de emprego	Ramos relevantes, destruidores de emprego
<b>Ramo 4</b> - Construção; <b>Ramo 6</b> - Alojamento e restauração; <b>Ramo 7</b> - Transportes; <b>Ramo 9</b> - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; <b>Ramo 10</b> - Administração pública; <b>Ramo 11</b> - Educação; <b>Ramo 12</b> - Saúde e acção social; <b>Ramo 13</b> - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.	<b>Ramo 1</b> - Agricultura, silvicultura e pescas; <b>Ramo 3</b> - Indústrias transformadoras; <b>Ramo 5</b> - Comércio por grosso e a retalho.
Ramos residuais	
<b>Ramo 2</b> - Indústrias extractivas, produção e distribuição de electricidade, gás e água; <b>Ramo 8</b> - Actividades financeiras.	

A análise *shift-and-share* permite explicar a variação do emprego nos ramos ao identificar as duas componentes da variação - a componente estrutural e a componente regional. A análise efectuada para o período entre 1995 e 1999, e representada no Gráfico 4 permite constatar que a região encontra-se localizada no primeiro quadrante, com valores positivos, para as componentes estrutural e regional. Esta situação sugere que, neste período, a região apresenta um perfil de especialização favorável, com o emprego a concentrar-se nos ramos mais dinâmicos da economia nacional.

A região apresenta uma componente estrutural positiva, a qual se fica a dever quase exclusivamente ao ramo do alojamento e restauração (ramo 6) o qual apresentou a taxa de crescimento mais elevada no país, de 5,14% e o seu peso na região é superior ao seu peso no país, em termos de emprego. Os valores são 11% e 4%, respectivamente. O valor positivo registado na componente regional reflecte que o emprego de cada ramo cresceu, em média, a taxas superiores às taxas de crescimento sectoriais nacionais.

Gráfico 4 :Decomposição do crescimento do emprego entre 1995 e 1999.



Fonte: Elaboração própria a partir de cálculos dos autores.

A aplicação da análise das componentes de variação permite ainda identificar as ameaças, as oportunidades, os pontos fracos e os pontos fortes que a região enfrenta. Os ramos com uma componente estrutural positiva (negativa) são encarados como oportunidades (ameaças) ao crescimento regional, pois são ramos cujo crescimento no país é superior (inferior) ao crescimento médio nacional. Os ramos com uma componente regional positiva (negativa) são encarados como pontos fortes (fracos), pois são ramos cujo crescimento na região foi superior (inferior) ao respectivo crescimento no país.

Os ramos das indústrias extractivas, produção e distribuição de electricidade, gás e água (ramo 2), da construção (ramo 4), do alojamento e restauração (ramo 6), das actividades financeiras (ramo 8) e da administração pública (ramo 10) constituíram, durante o período em análise, a base de sustentação e de dinamismo do emprego da

região, pois apresentaram taxas de crescimento do emprego regional superiores às verificadas ao nível nacional. Estes ramos constituem, por conseguinte, pontos fortes da região. Contudo, as grandes oportunidades encontram-se nos ramos da construção (ramo 4) e do alojamento e restauração (ramo 6), que apresentaram igualmente elevadas taxas de crescimento ao nível do país.

Os restantes ramos, constituem pontos fracos da região, ao apresentarem taxas de crescimento relativamente baixas relativamente ao contexto nacional. Entre estes há que distinguir duas situações. Por um lado, encontram-se os ramos da educação (ramo 11), saúde e acção social (ramo 12) e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (ramo 13), que apresentaram elevado dinamismo do país, embora com reduzidos reflexos na estrutura económica regional. Estes ramos constituem igualmente oportunidades de emprego para a região e tornar-se-ão uma mais valia desde que sejam removidas as desvantagens locais que estão a limitar o seu crescimento. Por outro lado temos os ramos da agricultura, silvicultura e pescas (ramo 1), da indústria transformadora (ramo 3), do comércio (ramo 5) e dos transportes (ramo 7) que são ramos que têm apresentado pouco dinamismo no país e na região.

Uma última análise pretende caracterizar a distribuição geográfica das actividades económicas, com o objectivo de se identificarem diferentes padrões de localização. Utilizando os dados relativos ao emprego em 2001 (ano mais recente para o qual existem dados definitivos por concelho e para uma maior desagregação dos ramos de actividade), calcularam-se os coeficientes de localização que constam do Quadro 8.

Embora não se identifiquem ramos de actividade cujo emprego apresente padrões de localização muito diferenciados do emprego total na região, não se verifica qualquer grau de concentração do emprego nos ramos da indústria do mobiliário e da reciclagem (ramo 10), da produção de electricidade, gás, água e vapor (ramo 11), da construção (ramo 12), do comércio por grosso e a retalho (ramos 14 e 15, respectivamente), das actividades informáticas, de investigação e desenvolvimento (ramo 23), da administração pública, defesa e outros serviços prestados à colectividade (ramo 24), dos serviços sociais (ramo 27) e de outras actividades de serviços (ramo 28).

Não obstante, regista-se alguma concentração relativa nos ramos da agricultura, silvicultura e pescas (ramo 1), da indústria automóvel e de outro material de transporte (ramo 9), da hotelaria (ramo 16), do imobiliário (ramo 21), do aluguer de veículos e de outros bens (ramo 22) e da saúde (ramo 26).

Quadro 8: Coeficientes de localização.

Ramo 1	Ramo 2	Ramo 3	Ramo 4	Ramo 5	Ramo 6	Ramo 7	Ramo 8
0,226	0,232	0,192	0,111	0,107	0,130	0,138	0,159
Ramo 9	Ramo 10	Ramo 11	Ramo 12	Ramo 13	Ramo 14	Ramo 15	Ramo 16
0,231	0,096	0,083	0,066	0,113	0,086	0,040	0,224
Ramo 17	Ramo 18	Ramo 19	Ramo 20	Ramo 21	Ramo 22	Ramo 23	Ramo 24
0,126	0,111	0,128	0,120	0,192	0,204	0,077	0,073
Ramo 25	Ramo 26	Ramo 27	Ramo 28				
0,109	0,246	0,078	0,073				

Fonte: elaboração própria a partir de cálculos dos autores.

Importa agora averiguar ao nível dos concelhos os casos de concentração relativa detectados na análise anterior. Esta informação é obtida com o cálculo dos quocientes de localização de cada ramo em cada concelho. Os valores encontram-se no Quadro 9.

A leitura dos resultados permite concluir que a concentração relativa encontrada no ramo 1 se localiza essencialmente nos concelhos do interior, como sejam Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique. Estes são concelhos cuja actividade dominante é a agricultura baseada em culturas de frutos permanentes e de citrinos. É ainda de destacar a mancha de sobreiros que se estende entre os concelhos de Monchique e de Castro Marim, cujas condições naturais e a forma de exploração justificam a prevalência de um produto de elevada qualidade. O "cluster" do turismo, que se faz sentir quase exclusivamente nos concelhos litorais, justifica a relativa concentração do emprego nos ramos da hotelaria, do imobiliário e do aluguer de veículos e de outros bens nesses concelhos.

Quadro 9: Quocientes de localização.

Ramos	Concelhos e Quocientes de Localização			
Ramo 1 - Agricultura, silvicultura e pescas	Alcoutim	3,09	Olhão	1,53
	Aljezur	2,85	Silves	1,34
	Castro Marim	1,85	Tavira	2,02
	Monchique	3,09	Vila do	1,92
Ramo 9 - Indústria de automóveis e de outro material de transporte	Faro	1,23	Olhão	1,93
	Lagoa	1,43	V. R. S.A. (*)	2,77
Ramo 16 - Hotelaria	Albufeira	2,28	Silves	1,13
	Lagoa	1,29	Vila do Bispo	1,24
	Loulé	1,14	V. R. S. A. (*)	1,10
	Portimão	1,43		
Ramo 21 - Actividade imobiliária	Albufeira	1,21	Loulé	1,83
	Lagoa	1,11	Portimão	1,10
	Lagos	1,44		
Ramo 22 - Aluguer de veículos e de outros bens	Albufeira	1,94	Lagoa	1,10
	Faro	1,72		
Ramo 26 - Saúde	Faro	1,87	Portimão	1,61
	Lagos	1,12	S. Brás	1,69
	Olhão	1,16		

(\*) Vila Real de Santo António.

Fonte: elaboração própria a partir de cálculos dos autores.

#### 4. Conclusões

A análise efectuada, a partir de indicadores sociais e económicos, permite concluir que o Algarve se apresenta, nos inícios deste novo século, como uma região com um significativo dinamismo económico, embora ainda persistam desequilíbrios internos significativos. Entre esses destaca-se a concentração da população e das actividades económicas e, conseqüentemente, das infra-estruturas nos concelhos do litoral, fortemente induzida pela predominância do sector terciário, em particular das actividades turísticas.

A região registou um aumento da população, durante a década de 90, de 15,8%, valor este que ultrapassou o crescimento verificado no país em quase 11 pontos percentuais. Este aumento populacional deu-se preferencialmente nos concelhos localizados no litoral, entre os quais se encontram os de Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António, com taxas de crescimento superiores à média regional. Paralelamente, os concelhos do interior, nomeadamente Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo não conseguiram contrariar o movimento de desertificação, e apresentaram taxas de crescimento negativas. Este movimento de desertificação traduziu-se, naturalmente, num maior envelhecimento da população e numa relativa estagnação ou até mesmo redução da população activa nestes concelhos.

Também a análise das taxas de analfabetismo demonstra que a região conseguiu eliminar o diferencial que a distanciava da média nacional. Em 2001, a taxa de analfabetismo da região superava a taxa registada no país em pouco mais de 1 ponto percentual. Contudo, ao nível intra-regional, os concelhos interiores, que têm registado perda de população e um maior envelhecimento dos seus habitantes, continuam a apresentar taxas de analfabetismo muito elevadas, e que excedem em muito a taxa média nacional, em alguns casos o diferencial é superior a 10 pontos percentuais.

A região, no seu conjunto, apresenta valores do Índice de Poder de Compra superiores à média nacional, justificados pelos valores elevados do índice registados nos concelhos com características predominantemente urbanas e com densidades populacionais relativamente elevadas. Contudo, os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique evidenciam-se por apresentarem valores inferiores a 75% da média nacional.

Em consonância com os resultados anteriores, são os concelhos litorais de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, Portimão e Silves onde se concentra a maior parte da estrutura empregadora da região. O emprego nestes concelhos representa 70% do emprego total na região, o qual é garantido emagadoramente pelo sector terciário. Com efeito, cerca de 65% do número total de empresas encontrava-se no sector terciário, nomeadamente nos ramos do comércio, do alojamento e da restauração e do imobiliário, actividades predominantemente ligadas à actividade turística.

Numa análise dinâmica, entre 1995 e 1999, conclui-se que a região apresenta um perfil de especialização favorável, dado que o emprego tem-se concentrado nos ramos mais dinâmicos da economia. Em particular, os ramos do alojamento e restauração, das actividades imobiliárias e alugueres e serviços prestados às empresas, da construção, dos transportes, armazenagem e comunicações, da administração pública, da educação e da saúde e acção social assumem uma posição importante na

estrutura do emprego, e apresentam taxas de crescimento significativas. Surgem, portanto, como actividades relevantes e criadoras de emprego.

Na situação oposta encontram-se alguns ramos que têm vindo a diminuir a sua capacidade para criar, ou mesmo manter, o nível de emprego. Entre esses ramos encontram-se a agricultura, silvicultura e pescas, indústrias transformadoras (ligadas à transformação do pescado e dos frutos secos) e o comércio.

O padrão de localização destas actividades permite concluir sobre a existência de alguma concentração relativa nos ramos da agricultura, silvicultura e pescas em certos concelhos, entre os quais se encontram precisamente os concelhos do interior, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique, que apresentam valores desfavoráveis em termos da população, do emprego e do indicador per capita. Verifica-se também alguma concentração dos ramos da hotelaria, do imobiliário e do aluguer de veículos no eixo Albufeira/Portimão.

Os resultados apurados, vêm colocar enormes desafios à região, se atendermos ao seu padrão de especialização económica e às consequências que daí possam advir para o emprego, caso não sejam tomadas as medidas de política mais adequadas, quer ao nível económico, apostando-se na diversificação da actividade económica e na inovação social e tecnológica, quer ao nível da formação escolar e profissional, reforçando-se a qualificação dos recursos humanos.

Neste contexto, é necessário ter em atenção que o país, enquanto membro da União Europeia, defronta bases de competitividade muito altas assentes numa forte qualificação dos recursos humanos, e em elevados padrões de qualidade e de produtividade. É preciso ter consciência que as empresas portuguesas ainda não atingiram esse patamar de qualificação, mas que terão de o alcançar por questões de sobrevivência no contexto internacional. No caso particular do Algarve, a aposta nos recursos humanos e no aumento da quantidade e qualidade do emprego é de todo indispensável e coloca novas exigências aos responsáveis políticos, às empresas e às instituições com responsabilidades nos sistemas de ensino e formação.

#### Referências bibliográficas

APDR (ed) (2002) *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra.

INE (1991) XIII Recenseamento Geral da População.

INE (1997) Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio.

INE (2001) XIV Recenseamento Geral da População.

INE (2002) Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio.